

Protocolo nº 835222/2008	38
Divisão: PL RPM	PL N°
Materia: Meio Ambiente	MEIO AMBIENTE

feam

Processo n.º 00309/2001/002/2006
Ref. Auto de Infração n.º: 3377/2005
Pedido de reconsideração apresentado por INDÚSTRIA METALÚRGICA MORATORI LTDA.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – O Empreendimento foi multado em 11-04-2008 como incurso no inciso 2, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, verbis:

“§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;”

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou seu pedido de reconsideração, alegando, em síntese, que possui LO e cumpriu todas as condicionantes, inclusive a construção de ETE.

Ainda, informa que os efluentes líquidos sanitários serão tratados na ETE a ser construída pela CESAMA, o que foi comprovado ao órgão ambiental no prazo de 30 dias a contar da data do Relatório de Vistoria n.º 3462. Ainda, pugna pela aplicação do disposto no inciso I, do artigo 18, do Decreto n.º 21228/81, assim como seja consideradas as circunstâncias atenuantes e bons antecedentes da empresa.

3- As alegações aduzidas pelo autuado não merecem prosperar. Isso porque restou comprovado, de fato, o descumprimento da condicionante n.º 4 da LO, já que a autuada não fez prova do tratamento de seus efluentes sanitários pela ETE construída pela CESAMA.

Tal fato foi corroborado pelo Relatório Técnico de fls. 16/17 dos autos, que esclarece a ausência de menção expressa da CESAMA quanto ao tratamento por meio de sua ETE, do esgoto da autuada, caracterizando descumprimento da solicitação contida no AF 3462, de 06/11/03. Ademais, em vistoria posterior, datada de 24/11/05, portanto, 2 anos após a fiscalização que apontou o descumprimento da condicionante em tela, confirmou-se que a ETE não tinha sido instalada, além da ausência de comprovação do funcionamento da ETE/CESAMA.

4- Cumpre ressaltar que em consulta ao SIAM, o documento n.º 045335/2003, datado de 14/07/03, informa, verbis:

mf



feam

"OF. À IND. METALÚRGICA MORATORI, ELABORADO POR NEWTON PASCAL, REPORTANDO AO OFÍCIO PROT. EM 24/06/2003, INFORMA QUE FOI PRORROGADO POR 90 DIAS O PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DO SIST. DE TRATAMENTO DO ESGOTO SANIT., CONSIDERANDO AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA EMPRESA."

Do documento se extrai a ciência do empreendimento quanto à necessidade de implantação de sistema de tratamento do esgoto, tanto que a própria empresa solicitou prorrogação do prazo concedido na condicionante violada, o que foi deferido e nem assim restou cumprida a obrigação.

5- Quanto à aplicação do disposto no Decreto n.º 21228/81, insta esclarecer que o Decreto n.º 39424/98, publicado em 06/02/1998 alterou e consolidou aquela norma, revogando, inclusive, as disposições em contrário, razão pela qual a autuação, datada de 20/12/05, se deu com fulcro em seus dispositivos, tanto no que tange à classificação da infração, assim como ao valor da multa aplicada, tudo em atendimento ao princípio da legalidade.

Ademais, no que concerne à aplicação de atenuante, não restou comprovado nos autos qualquer ato ou fato que subsumisse ao disposto no §1º, do artigo 21, do Decreto n.º 39424/98 mas, ao contrário, restou comprovada a desídia do autuado quanto à obrigação ambiental. Da mesma forma, não há como se aplicar a penalidade de advertência, posto que a DN COPAM n.º 61/02, que dispõe sobre sua aplicação, não abrange o tipo infracional em tela.

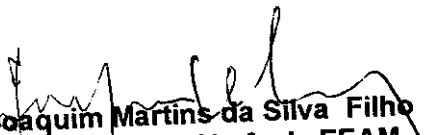
II) CONCLUSÃO

Isto posto, considerando que não foram apresentados argumentos, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, opinamos pela manutenção da multa aplicada pela URC/COPAM ZONA DA MATA às fls. 21 dos autos.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2008.


Daniela Nogueira de Almeida
Consultora Jurídica
OAB/MG 74367


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº: 0478325/2011	FUNDAÇÃO
Divisão: PRO 4/7/11	FL.
Mat.	Visto MW
MEIO AM	

ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS.38/39

AUTUADO: INDÚSTRIA METALÚRGICA MORATORI LTDA.
PROCESSO Nº 309/2001/002/2006
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 003377/2005
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA
PORTE: MÉDIO

I – RELATÓRIO

A Indústria Metalúrgica Moratori Ltda foi autuada, em 20.12.2005, como incurso no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 39.424/1998, alterado pelo Decreto nº 43.127/2002:

*“§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:
(...)*

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;”

Em 11.4.2008, a Unidade Regional Colegiada do COPAM da Zona da Mata aplicou ao autuado a penalidade de multa no valor de R\$ 26.603,56. (Fl. 21).

Em 16.2.2009, no julgamento do Pedido de Reconsideração, a URC COPAM da Zona da Mata decidiu retirar o processo de pauta porque não havia técnico da FEAM presente na reunião. (Fls. 40/44).

Em 17.6.2011, a SUPRAM ZM devolveu o processo à FEAM para análise e aplicação do art. 96 do Decreto nº 44.844/2008. (Fl. 45).

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 20.001,00.

O autuado não providenciou a revalidação da Licença de Operação, conforme consulta ao SIAM nesta data.



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

II – CONCLUSÃO

Ratifica-se a conclusão do Parecer Jurídico de fls. 38/39, para recomendar à URC COPAM DA ZONA DA MATA, o *indeferimento do Pedido de Reconsideração*, porém o valor da multa deve ser reduzido de R\$ 26.603,56 para R\$ 20.001,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 4 de julho de 2011.

Autoras: Narjara Magalhães Siriani Estagiária Acadêmica – OAB/MG 29.700E	Assinatura:
Maria do Carmo Moreira Fraga OAB/MG 72.355 – MASP 1.043870-3	Assinatura: <i>Maria Fraga</i>
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 – MASP 1.120.512-7	Assinatura: <i>Maria Fraga</i>